

# **DO SINDICALISMO COMBATIVO AO SINDICALISMO PROPOSITIVO: UMA ANÁLISE DOS ELEMENTOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

**Pedro Henrique Evangelista Duarte**

Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas

**Edilson José Gracioli**

Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Uberlândia

**Resumo:** A Central Única dos Trabalhadores – CUT – nasceu, no bojo das questões que envolviam o surgimento do novo sindicalismo e a reorganização da classe trabalhadora em fins da década de 1970, com o objetivo tácito de se firmar na luta contra a superexploração da força de trabalho e contra a política econômica empreendida pelo governo, que claramente se implementava de maneira perversa para a classe trabalhadora. A partir desse foco, a central conseguiu se estabelecer como importante instrumento na defesa dos interesses da classe trabalhadora, tendo participação direta em grande parte dos embates, greves e manifestações organizadas ao longo da década de 1980, o que qualificava sua ação dentro do sindicalismo combativo. No entanto, as diversas transformações ocorridas no campo econômico, político, social e, principalmente, sindical, especialmente no início dos anos 1990 – que se consubstanciou na crise do estado desenvolvimentista, na implementação das políticas neoliberais e no surgimento do sindicalismo de resultado – pressionaram a CUT no sentido de rever e, no limite, de reestruturar a ação combativa implementada até então. A partir dessas questões, a proposta do presente trabalho se direciona a analisar as concepções político-ideológicas da central a partir de seu surgimento, no início dos anos 1980, até a atualidade, tentando compreender não somente as modificações pelas quais passou a central e os fatores que condicionaram tal transformação mas, principalmente, o impacto dessas mudanças na representatividade e legitimidade da central frente à classe trabalhadora.

## **1. Introdução**

Em fins da década de 1960, o ambiente político era marcado pela intensa repressão imposta pelo regime militar, e pela elaboração de um discurso ideológico que, guiado pelo ufanismo desenvolvimentista e pelas promessas de crescimento econômico e da passagem a uma nova etapa do desenvolvimento capitalista no Brasil – discurso que era, apoliticamente, comprado pela entusiasmada classe média -, legitimava o monopólio do poder nas mãos dos militares. Do ponto de vista econômico e social, ainda que tenha-se observado o crescimento da indústria e do emprego, as condições estruturais da economia continuavam a mostrar sua perversidade, o que inevitavelmente conduzia à ampliação da desigualdade de renda, à redução salarial e às péssimas condições de trabalho.

Os problemas que se apresentavam no campo econômico eram reflexos diretos da intensificação das diretrizes pelas quais a industrialização tomou forma no Brasil. Montada sob uma estrutura descolada da formação e expansão do mercado consumidor, a indústria brasileira cresceu enraizada nas relações de dependência econômica com o centro hegemônico do capital. As condições da indústria, e da economia em geral, não poderiam conduzir senão para um quadro de crise econômica, resultado, de um lado, da desproporcionalidade entre os setores produtores de bens de consumo e de bens de produção e, de outro, pela ampliação do arrocho salarial, deliberadamente implementado pelo Estado, que necessariamente conduzia ao aumento da desigualdade de renda e da precariedade das condições de vida do trabalhador. Sendo assim, a conjunção desses fatores só poderia conduzir à ampliação tanto da relação estrutural de dependência do país quanto da superexploração da força de trabalho. (ANTUNES, 1992: 111).

Estavam postas, nesses termos, as condições para que a contestação da classe trabalhadora ganhasse os devidos contornos que permitiriam sua reestruturação, após um considerável período de desorganização. Ainda que a repressão fosse presente, e por isso, não desconsiderada, era fundamental que a classe trabalhadora se estruturasse para compor uma luta que contestasse a ordem vigente. O movimento grevista, que voltou a ter expressões ainda em 1973, ganhou força durante toda a década, especialmente ao voltar a conjugar uma luta composta de reivindicações específicas da classe operária e sindical e de contestação da política governamental. Essas foram as principais características das greves do ABC paulista em 1978 e 1979, que reascenderam de vez a luta sindical e deu início a uma nova fase na construção do movimento operário.

A organização sindical no ABC delineou sua luta pautada pela elevação dos salários segundo critérios de produtividade, pela negociação coletiva sem a intermediação do governo, pela organização sindical no interior das fábricas, e pela postura contrária à legislação sindical e o sindicalismo atrelado, compondo um conjunto de reivindicações que, mesmo não sendo inéditas no movimento operário, perpassavam por pontos que, claramente, se situavam no contrapeso da precarização do trabalho e da repressão política e social no país. Não estranhamente, no biênio 1978-1979, mais de três milhões de trabalhadores entraram em greve. No bojo dessa movimentação, e da confluência de uma série de tendências políticas, que surgiu o grupo denominado de *sindicalismo autêntico*, formado pela nova geração de diretores sindicais e por sindicalistas com vinculação partidária, especialmente ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O sindicalismo passava a ter uma outra feição. Reordenava suas lutas, no sentido de achar a trilha do caminho longo a seguir. O momento era de abertura política, mas os anos de repressão sindical e a conseqüente consolidação de um tipo de luta passiva criava dificuldades em termos das modificações de suas orientações. Num campo mais geral de dificuldades, acomodação e total falta de representatividade, era o momento exato de conclamar uma nova luta, para a qual era primordial uma nova organização.

## **2. As concepções político ideológicas da Central Única dos Trabalhadores**

O despertar do movimento sindical, na década de 1970, se deu pela conjunção de pequenas lutas realizadas internamente às fábricas, voltadas principalmente contra as péssimas condições de trabalho, e da organização de lideranças que, de forma clandestina, tentava se articular e ocupar as brechas existentes nos sindicatos. Nessa movimentação, duas principais correntes se estruturaram dentro do movimento operário brasileiro e ganharam destaque na cena de lutas: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

A Oposição Sindical surgiu a partir da articulação em torno eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1967. Era composta, principalmente, por um grupo de militantes oriundos de organizações de esquerda – como o PC e o PC do B – e por setores oriundos da Igreja Católica, que naquele momento se aproximavam de práticas ligadas ao movimento de massa tanto nas fábricas quanto nos bairros e, por isso, tiveram um papel fundamental na organização e estruturação desse grupo. A partir desses elementos trazidos pelas correntes da Igreja Católica, a Oposição Sindical vai se destacar na articulação das lutas conjugando bairro e fábrica, uma das singularidades da sua prática. Com um discurso que exaltava a defesa da organização dos trabalhadores pela base nas fábricas, a constituição de comissões de empresa, o fim da estrutura sindical atrelada ao Estado e a liberdade e autonomia sindical, e com uma efetiva prática entre os trabalhadores, a Oposição vai se consolidar como uma referência para a organização dos sindicatos, o que ficou claro quando da explosão das greves em 1978, na qual teve um papel central.

Já o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que articulava e comandava as lutas uma quantidade considerável de trabalhadores, tinha em seu foco de ação a defesa da melhoria das condições gerais da classe trabalhadora, a partir da organização desta dentro da fábrica e, por isso, propondo um tipo de embate que procurava

resolver os problemas da classe trabalhadora no interior das fábricas. Defendendo a elevação dos salários segundo critérios de produtividade, a negociação coletiva sem a intervenção do governo, a autonomia sindical e a organização dos trabalhadores no interior das fábricas, o Sindicato dos Metalúrgicos propunha uma pauta reivindicativa até então inédita no sindicalismo brasileiro. Ao orientar sua mobilização a partir das demandas reclamadas diretamente pelos trabalhadores sobre a organização do trabalho, o ambiente da fábrica e a forma do relacionamento entre eles e seus patrões, que acabavam por se expressar nas péssimas condições de trabalho e nos baixos salários, esse sindicato inaugura um novo padrão de ação sindical, que se contrapunha ao tipo de sindicalismo praticado deste o golpe de 1964, que não só não contestava a estrutura sindical, mas também privilegiavam um tipo de organização distanciada dos trabalhadores.

Com seus vários pontos em comum, inclusive no que diz respeito à sua contraposição ao sindicalismo vigente, era inevitável a ação conjunta desses dois grupos, bem como seu protagonismo nas greves que eclodiram entre 1978 e 1989. É em torno desses grupos que vai surgir o chamado *novo sindicalismo*. O novo sindicalismo era a feição dessas correntes que se articulam e articulam a classe trabalhadora em fins da década de 1970, e faz explodir uma série de greves que, de início localizadas em São Paulo, rapidamente se espalham por todo o país, e tem na luta contra o arrocho salarial, a intensa legislação sobre os sindicatos e o sindicalismo atrelado a justificativa para sua efetivação.

Se, no final da década de 1970, os grupos ligados ao novo sindicalismo vão ser os responsáveis pela eclosão de greves em todo o território nacional que se justificavam, prioritariamente, na luta contra o arrocho salarial, esse movimento vai sofrer um considerável refluxo no início dos anos 1980. Esse refluxo era explicado, de um lado, pelo quadro econômico recessivo, que trazia à tona não somente um elevado nível de inflação, mas também a ameaça do desemprego, com o que os trabalhadores vão se voltar para a preservação de seus postos de trabalho. De outro lado, pela própria tentativa governamental de barrar e refluir o movimento grevista, que naquele momento se deu com a criação de uma política salarial que introduziu novos elementos na redefinição dos salários, como a o reajuste semestral, as faixas salariais diferenciadas, a correção de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e a possibilidade de negociação direta de acordo com a produtividade. É dentro desse contexto que, juntamente aos grupos que comandavam o movimento grevista, vai começar a se gestar a formação de uma

central sindical, que permitisse a unificação das lutas dos diversos setores no nível nacional.

O pontapé inicial foi dado com a realização da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981. Essa conferência, o maior encontro sindical já organizado no Brasil representou um importante salto qualitativo em relação a antigas demandas da classe trabalhadora, principalmente no que diz respeito à constituição de uma central sindical. A carta de resoluções da CONCLAT, que compunha as reivindicações e plataformas de luta e mobilização, trazia no item “sindicalismo” as definições gerais tanto da postura que deveria ter os sindicatos frente à estrutura sindical e à forma de implementação das lutas, como trazia um ponto específico sobre a formação da comissão pró-CUT.

O primeiro Congresso Nacional da Classe trabalhadora, que aconteceu em 1983 em São Bernardo do Campo, ficou marcado como o congresso de fundação da CUT. Neste congresso, foi deliberada a criação da Central Única dos Trabalhadores, a qual caberia o encaminhamento de organizar, a nível nacional, a luta dos trabalhadores. De acordo com suas resoluções, a entidade deveria ser representativa, democrática e independente do Estado, dos patrões e dos partidos políticos. Em termos de seus objetivos e princípios, a carta de resoluções trazia as propostas de luta pelos objetivos históricos e imediatos da classe trabalhadora, com a perspectiva de uma sociedade sem exploração, na qual prevalecesse a democracia política, social e econômica, objetivos esses que só seriam possíveis através da adoção de um plano de lutas unitário, que agregasse e permitisse aos trabalhadores sua identificação enquanto classe. Essa proposta se sustentava na liberdade e autonomia sindical, na independência da classe trabalhadora, na unidade com os demais movimentos populares, na solidariedade internacional e na organização nos locais de trabalho. Todos esses elementos dariam à CUT, através de seus representantes eleitos de forma livre e direta, a legitimidade enquanto órgão máximo que organizaria e conduziria à luta pela concretização dos seus objetivos.

Assim, pode-se dizer que a tônica da ação cutista se dirigia principalmente em dois eixos. O primeiro dizia respeito à luta contra o arrocho salarial e contra a política econômica do governo que, com já dito, era a expressão de um luta que extravasava os conflitos operados pela relação entre trabalhadores e patrões. A segunda se referia ao papel desempenhado pela central para a democratização da estrutura sindical, principalmente na sua postura contra o excessivo controle que o Estado tinha sobre os sindicatos.

No que diz respeito à concepção sindical, a CUT tinha uma postura que contestava o tipo de sindicalismo que prevalecia no Brasil, ainda que isso não revertesse, necessariamente, na apresentação concreta de modificações no sentido de democratizar sua estrutura. A central identificava, por exemplo, os limites que o corporativismo colocavam à liberdade de atuação dos sindicatos, dado o excessivo controle que ela conferia ao Estado, fosse pela forma de financiamento – através do imposto sindical – fosse pela concessão legal para o funcionamento e criação de novos sindicatos – através da unicidade sindical. O corporativismo continuava a fornecer os mecanismos necessários para que tanto o Ministério do Trabalho quanto a Justiça do Trabalho mantivesse seu poder sobre os sindicatos, mesmo porque já havia sido construído ideologicamente que os problemas da classe trabalhadora deveriam ser resolvidos nessas instâncias, tendo o sindicato o papel de intermediar o diálogo entre estas e os trabalhadores. A CUT, necessariamente, contestava esse tipo de relação entre trabalhadores, empresários e sindicatos, o que era própria à sua constituição, dado que sua principal função seria agregar, em um movimento único, as lutas dos diversos setores, a nível nacional. Ou seja, partia do pressuposto de que a fragmentação imposta pelo corporativismo deveria ceder lugar a uma conjugação das demandas dos trabalhadores em uma luta única. O ponto fundamental é que, mesmo tendo essa postura crítica, a CUT não só tinha dificuldades de suplantar essa ordem já estabelecida, como também não propunha uma alternativa ao sindicalismo corporativo, através da apresentação de um projeto efetivo, além do fato de, diretamente, atuar dentro da estrutura sindical. Mesmo que se utilizasse do argumento de que as modificações deveriam ser realizadas de dentro para fora – e, por isso, era fundamental a atuação dentro da estrutura -, não havia um encaminhamento explícito de como superar essa estrutura. Tudo, então, não passava do plano do discurso.

Argumentos similares podem ser usados quando se discute o imposto sindical, a taxa assistencial, o pluralismo sindical e por fim, a estrutura sindical. Em relação ao imposto sindical, havia um claro diagnóstico, assim como para a questão do corporativismo, de que era um instrumento que institucionalizava o controle direto e indireto do Estado sobre o sindicato – mesmo porque o imposto sindical é um dos pilares do corporativismo, se configurando, portanto, como um dos principais mecanismos para vincular os sindicatos ao Estado. Mesmo sendo essa uma leitura padrão para todas as correntes, não havia um consenso sobre qual seria a solução para a questão. Ou seja, enquanto algumas correntes defendiam o fim do imposto sindical, e outras colocavam sua manutenção por considerarem um instrumento fundamental para a sobrevivência dos sindicatos, outras

defendiam a melhor utilização dos recursos gerados através dele. No primeiro caso, a taxa assistencial acabaria por entrar como uma alternativa ao imposto. Mas como se tratava de mais uma forma de desconto sobre os salários dos trabalhadores, mais uma vez não havia posições consensuais sobre a questão.

O ponto a respeito do pluralismo sindical não destoa muito desses argumentos. Afinal, a proposta de se formar uma central que fosse “única” poderia trazer, em seu cerne, a posição contra a pluralidade. Por outro lado, situar-se contra a pluralidade seria o mesmo que defender argumentos antidemocráticos, na medida em que não permitia a liberdade dos sindicatos. A mediação entre pluralismo e unidade – no sentido de se impor um tipo de concepção sindical a todos os sindicatos do qual a central era composta – se colocava em uma posição tênue e de difícil argumentação, na medida das próprias indefinições sobre o tema das diversas correntes que compunham a CUT. De fato, a posição da central se situava entre a defesa do pluralismo, como forma de garantir a liberdade sindical, e a tentativa de organização unitária dos trabalhadores. Ainda que tais posições não fossem necessariamente contraditórias, não havia uma clareza no discurso cutista sobre como essa mediação seria feita. Expressão direta disso era a falta de avanço na discussão sobre a constituição das comissões de fábrica. No discurso, era pontuado a necessidade de se implantar o mais breve possível essa forma de organização, o que permitiria superar de sindicalismo de “porta de fábrica”, mas efetivamente essa proposta não era construída, mantendo as velhas formas de organização nos locais de trabalho.

Mediante as indefinições sobre esses três elementos analisados – corporativismo, imposto sindical e pluralidade sindical -, acaba-se recaindo na própria indefinição sobre a postura mediante a estrutura sindical, na medida em que os três fazem parte de um elo que compõe este último elemento. Obviamente, havia uma postura de contestação à estrutura sindical prevalecente; afinal, era ela que conferia os instrumentos de controle do Estado, barrava a livre organização dos sindicatos, criava mecanismos ideológicos e efetivos para impedir qualquer tipo de luta, e fazia do sindicato uma instituição cada vez menos representativa da classe trabalhadora. Não havia como se posicionar a favor da sua continuidade. Mas qual seria a alternativa? Afinal, era exatamente dentro dessa estrutura que as forças políticas se organizavam. Era através dos instrumentos dessa estrutura que o sindicato se sustentava. Era através dela que o funcionamento de cada sindicato era legalizado. Apontar os limites não necessariamente conduzia à apresentação de soluções. E em grande parte dos momentos em que se apresentavam, ficavam mais no plano do discurso que no plano concreto. Do que se pode dizer que grande parte do que foi proposto

em relação à estrutura sindical, principalmente pela CUT, situou-se mais no âmbito de reformas nessa estrutura, do que efetivamente na sua superação. Reformas que efetivamente ocorreram – ou seja, houve avanços consideráveis -, mas que não foram suficientes para suplantar os elementos fundamentais da estrutura sindical – o que, de certa forma, representava certo comodismo em relação ao que se podia fazer dentro da estrutura já consolidada.

Não que fosse incomum a dificuldade em se definir uma posição única sobre tais temas. Como já foi apresentado, a CUT era composta por diversas correntes sindicais, além de sofrer a influência direta de grupos não sindicais, como era o caso dos grupos de esquerda da Igreja Católica, vinculados aos movimentos populares. A indefinição não era nada mais que uma clara expressão da heterogeneidade da central – o que, sob certa perspectiva, era extremamente positivo, na medida em que representava a capacidade de aglutinação que a central conseguiu alcançar. Mas, em termos concretos, tais indefinições poderiam resultar em dificuldade de se organizar lutas amplas a nível nacional, uma vez sendo fundamentais para se definir aquilo que irá compor o plano de demandas e reivindicações. Mas, por outro lado, acabava também sendo uma expressão de diversas contradições presentes no dia-a-dia da central que, enquanto instituição representativa da classe trabalhadora, não conseguia dar conta de concluir debates fundamentais para a organização de suas lutas. E, para além disso, acabava por abrir brechas para possíveis críticas nefastas de organizações e grupos de direita – das quais a central nunca esteve livre -, que se utilizavam desse fato para desconfigurar os verdadeiros objetivos da central, colocando a instituição enquanto um organismo de cooptação de sindicatos, os quais eram ludibriados para fazer valer as imposições de diretorias “*de esquerda*” e “*retrógradas*”.

Apresentados esses elementos, fato é que a central esteve envolvida nas principais greves organizadas ao longo da década de 1980. Se o início desta década ficou marcado por um arrefecimento do movimento grevista, depois dos importantes embates que eclodiram por todo o país em fins da década de 1970, como já foi apresentado neste capítulo, o nascimento da CUT vai reascender a chama desse movimento. O próprio refluxo das greves, que se deu em um período do qual precedeu, seguidamente, um momento de intensa repressão militar sobre as organizações dos trabalhadores, uma crise econômica após um intervalo de considerável crescimento, a eclosão das greves em São Paulo e o início do período de abertura política, acabou por favorecer o associativismo, que se apresentava tanto no crescimento dos sindicatos existentes e do número de sindicatos, como também no crescimento do número e na mudança de perfil dos sindicalizados. Se até

o final dos anos 1970 prevaleciam nos sindicatos os trabalhadores do setor privado, na década de 1980 começa a crescer o número de sindicalizados do setor público, o que se explicava em grande parte pelo encaminhamento do processo de liberalização.

Assim, pode-se dizer que, na década de 1980,

a greve foi (...) a forma básica de ação sindical e não apenas de reação, colocando questões não previstas aos atores da transição e abrindo brechas no pacto das elites. Uma dessas questões foi justamente o alto grau de demandas expresso pelas greves, alterando a agenda da transição e criando as bases para a transformação dos sindicalistas em interlocutores válidos do governo. (...) A década de 80 foi marcada pela estagnação do crescimento econômico, afetando particularmente a produção industrial, pela instabilidade das políticas econômicas e das regras de correção salarial, e pela utilização de mecanismos de controle da inflação que redundaram na queda do poder aquisitivo dos salários. Por outro lado, o processo de democratização permitiu a expressão de demandas trabalhistas, mas manteve a greve como o único meio eficiente para as conquistas dos trabalhadores. A baixa capacidade de influência das lideranças sindicais nas decisões do poder Executivo e Legislativo e a inexistência de políticas pactuadas limitaram o canal para a resolução do conflito à relação entre as representações de empregados e empregadores e à arbitragem da Justiça do trabalho. (NORONHA, 1991: 122-124)

O importante a se destacar é que, mesmo considerando a pouca influência das lideranças sindicais no meio governamental, e que isso pudesse reverter em dificuldades no alcance das demandas da classe trabalhadora, as greves foram o instrumento mais sólido de luta dessa classe, permitindo a reverberação de um grito calado à força nos anos da ditadura, mas que a partir daquele momento se firmava como forma legítima e incontestável, ainda que não plena, da organização e do enfrentamento com as forças burguesas. Forças essas para as quais, durante anos, tentou-se criar um clima de parceria e animosidade, como se os conflitos pudessem ser resolvidos no plano do diálogo, mas que, na verdade, acabavam recaindo numa troca velada entre docilidade por parte dos trabalhadores e concessões de direitos – que deveriam ser pressupostos – pelo governo. Esse clima, que voltaria com força total nos anos 1990 – assunto que trataremos com maior detalhe no próximo capítulo –, efetivamente, não se expressava naquele momento. E era dentro dessa lógica que se circunscrevia a CUT, como uma central combativa que, em seu cerne, trazia a defesa irrestrita das demandas dos trabalhadores, numa postura que extravasava os conflitos no interior da fábrica, rebatendo também sobre a crítica à política governamental que, de forma clara, era prejudicial aos interesses da classe trabalhadora.

Em síntese, pode-se dizer que, diante de sua postura combativa e de esquerda, a CUT definiu o *locus* de sua batalha no contraponto do sistema capitalista. Ainda que

atuasse dentro da estrutura sindical – a partir de uma postura crítica, que ressaltava a possibilidade de modificação dos sindicatos de dentro pra fora – e promovesse lutas pelas melhores condições para os trabalhadores, em seu relacionamento direto com o grande capital, a central sempre ressaltou sua posição anti-capitalista, ao enfatizar em sua plataforma de lutas a crítica dura à política econômica implementada pelo governo, reconhecendo toda a perversividade que tais políticas causavam para a classe trabalhadora. Se posicionar contra o sistema capitalista, de certa maneira, e naquele momento, tinha uma clara definição de aproximação ao ideário comunista. E esta era, de fato, a proposta que norteava a central: criticar o sistema capitalista e promover lutas como forma de se construir um movimento que, necessariamente, conduziria à transformação das relações produtivas e sociais.

Durante a década de 1980, a CUT empreendeu seus esforços no sentido a implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento praticada pelo Estado, que privilegiava o grande capital monopolista e imperialista e a estrutura latifundiária do país. De forma gradual, a central consolidou uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônicas à política governamental, intervindo de forma ativa na luta pela democracia. No entanto, sua luta não se restringia apenas à ação prática: diversas campanhas foram organizadas, com reverberação nacional e internacional, pelo não pagamento da dívida externa, além de sua intervenção na elaboração da Constituição de 1988. Por isso, faz-se fundamental destacar que a ação da CUT extravasava o campo da luta em prol de melhorias salariais e das condições de trabalho.

### **3. A CUT na era neoliberal**

Na seção anterior, tratamos do surgimento da Central Única dos Trabalhadores. Como apresentado, a CUT nasce em um momento de ressurgimento do sindicalismo combativo no Brasil, principalmente em torno das lutas que se travaram no ABC paulista e foram responsáveis pela organização no chamado novo sindicalismo. A segunda metade da década de 1970 foi um momento ímpar na história do sindicato brasileiro, na medida em que marcou uma nova forma de organização da classe trabalhadora após anos de intensa repressão e controle dos sindicatos por parte do regime militar. A precariedade das relações de trabalho, e o surgimento de novas lideranças, conjugado à relativa abertura que começava a se desenhar por parte do governo, deram as condições necessárias para os trabalhadores reorganizassem seu movimento de luta.

É dentro desse quadro que a CUT se firma como a principal central sindical do Brasil na década de 1980, cujas ações são marcadas pela combatividade em relação às políticas governamentais, tendo como foco a luta contra a superexploração do trabalho. A central, efetivamente, conseguiu importante destaque durante a década, estando presente nas principais reivindicações organizadas seja em favor dos operários fabris, seja em defesa dos pequenos produtores agrícolas. Por conta disso, a CUT teve um importante papel em todas as discussões e entraves que diziam respeito ao mundo do trabalho, com ativa presença nos debates em torno das políticas governamentais, e principalmente, da formulação da Constituição de 1988. A central marcava a consolidação do núcleo de defesa da classe trabalhadora, após anos da existência de um sindicalismo que, por conta de forças externas, se prestava à deslocada função de órgão assistencialista e agência de empregos.

No entanto, o crescimento vertiginoso dos sindicatos e sua capacidade de influência na determinação das relações de trabalho, conjugado a seu caráter político, criou um ambiente fértil para novos interesses entrassem em jogo. Se a CUT mostrava uma vinculação incontestável ao Partido dos Trabalhadores, dentro do qual se articulavam as correntes de esquerda e combativas, os partidos e grupos de direita começaram a sentir a necessidade de se ver representado pelas forças sindicais. Isso porque, partindo de um quadro de extrema repressão política, o discurso proclamado tanto pelo PT quanto pela CUT tinham um considerável potencial para agregar novos adeptos, principalmente por suas propostas de ruptura com a política econômica adotada até então e as alternativas para construir um país que recuperasse não só sua capacidade de crescimento econômico, mas também que fosse mais justo e menos desigual. O caminho no qual os grupos de esquerda crescia eram os mesmos nos quais a direita se enfraquecia, o que era diretamente influenciado pelo quadro econômico de crise e pela desorganização do quadro político.

Não tardaria até que as forças conservadoras se articulassem em torno dos sindicatos. Com o poder governamental em mãos, e se utilizando do discurso das benesses que a democratização traria para a população brasileira, tão logo as lideranças de direita buscaram aliados que reuniram as forças para lhes representar junto a classe trabalhadora. Tal confluência serviu de ponte entre a direita e Medeiros e Magri, que viria a dar corpo o chamado sindicalismo de resultado, o qual propunha uma “nova” ideologia sindical, baseada no *business unionism* norte-americano e que se antepunha ao tipo de sindicalismo praticado pela CUT. O sindicalismo de resultado, que partia do reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da implementação de políticas que viessem a dar mais

liberdade às forças de mercado, propunha um sindicalismo não-combativo, mas sim negociador, que buscasse na base do diálogo o melhor acordo para os trabalhadores. Acordos esses que, evidentemente, só tendiam a beneficiar a classe capitalista<sup>1</sup>.

Se, de um lado, o surgimento do sindicalismo de resultado representou uma pressão ideológica sobre o tipo de política sindical praticado pelo CUT, no outro extremo, as condições da materialidade econômica e social também não eram tão propícias à manutenção do status que a central possuía naquele momento. A redemocratização não havia alcançado os resultados prometidos, e a economia passava por grave crise econômica, mediante a incapacidade de sustentação do desenvolvimento por parte do Estado, que resultou em elevação da dívida pública, baixo crescimento econômico, explosão inflacionária, redução drástica do nível de emprego e aumento das desigualdades sociais, fatores que prejudicavam mais diretamente a classe trabalhadora. As mudanças estruturais reivindicadas pela central, caso se efetivassem, levariam tempo pra surtir efeito, e a classe trabalhadora, mediante sua precária situação, não se mostrava disposta a esperar. As greves, mesmo quando vitoriosas, eram desgastantes, cansativas, e muitas das vezes frustrantes, já que nem sempre toda a pauta reivindicativa era atendida, e as mudanças tinham muito mais caráter local e específico do que geral. A formação e conscientização política, peça fundamental na articulação das coordenações sindicais com os trabalhadores, principalmente no momento de efetivação das greves, perdia força. Os trabalhadores estavam cansados dos discursos. Queriam mesmo ver resultados concretos.

O contexto havia mudado, e tendia a se modificar ainda mais com a implementação das políticas neoliberais. As aberturas comercial e financeira tiveram importantes impactos sobre o nível de produção, crescimento e emprego, uma vez que, de um lado, diversas empresas nacionais, mediante o aumento da concorrência internacional, não tiveram condições de sobreviver, com o que diversos postos de trabalho foram destruídos; por outro lado, a desregulamentação financeira, com suas elevadas taxas de juros, encareciam os investimentos, ao passo que grande parte deles se deslocavam da esfera produtiva para a esfera financeira, que passava a prometer ganhos mais fáceis e vultosos – ainda que mais instáveis. O Estado, por sua vez, perdia gradativamente sua capacidade de financiamento,

---

<sup>1</sup> O caráter mais explícito do sindicalismo de resultado foi dado com a formação da central Força Sindical, liderada por Medeiros. Ainda que não seja nosso objetivo retratá-la aqui, é importante destacar que essa central sindical, tipicamente de direita, traz em seu discurso uma defesa irrestrita do capitalismo, enquanto único sistema capaz de conferir ganhos para trabalhadores e patrões. Por conta desse discurso, a Força Sindical será grande defensora – ainda que em alguns pontos seja relativamente crítica – da implementação das políticas neoliberais e do processo de reestruturação produtiva, especialmente no que diz respeito à consecução dos instrumentos de flexibilização e desregulamentação do trabalho.

dado os elevados custos das dívidas interna e externa, alocando consideráveis recursos para o pagamento destas. Os processos de privatizações também foram responsáveis por destruição de grande número de postos de trabalho. Ao mesmo tempo, era promovida a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Essas medidas, ao acabar com uma série de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, dava maior poder de negociação aos patrões, ao tornar maleáveis as formas de contratação, com poucas ou nenhuma garantia de estabilidade aos trabalhadores. Esses fatores, conjuntamente, provocaram sistemática queda e precarização no emprego e nas remunerações, complicando ainda mais o grave quadro de crise.

A esses fatores de ordem mais geral, vinculava-se também uma série de questões próprias do sindicalismo, nos âmbitos estruturais, políticos e ideológicos, que foram vitais nas modificações operadas nas políticas sindicais nos anos 1990, especialmente no que tange à estratégia da CUT. Primeiramente, é preciso considerar a manutenção e o crescimento da estrutura sindical, que perpetuou suas características – ou seja, se manteve fragmentada, desenraizada, verticalizada e descentralizada –, as quais eram propícias não somente à manutenção de certo controle por parte do governo, mas também ampliava o afastamento em relação à classe trabalhadora. Ainda que algumas modificações, de fato, tenham sido realizadas em relação à estrutura sindical, elas não foram suficientes para mudar sua essência, de tal forma que permanecia a velha estrutura característica do sindicalismo brasileiro. Coadunada à manutenção da estrutura, estava a intensificação da burocratização das centrais sindicais, levando a que as discussões e processos de formação político-ideológica perdessem espaço para a institucionalidade sindical que se expandia no país, fazendo dos sindicatos espaços cada vez mais restritos para a defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora. Na esteira desse processo, as formas de organização e mobilização da classe trabalhadora também sofreram modificações, dado a dificuldade de se manter o discurso da necessidade de uma luta sistemática por sua parte, como forma de buscar as mudanças na estrutura da sociedade, finalidade para a qual as greves gerais eram fundamentais. As greves gerais, gradualmente, perdiam seu fôlego e abriam espaço para as greves por empresa e por categoria, que eram formas de luta fragmentada e que permitiam uma maior flexibilidade para empresários e governos dialogarem com a classe trabalhadora. As greves por empresas vinham sendo incentivadas pelos adeptos do sindicalismo de resultado, principalmente através da justificativa de que eram instrumentos mais ágeis para os trabalhadores conquistarem suas demandas. A fragmentação das greves

era uma forma de quebrar com qualquer tentativa de se articular lutas nacionais e conjuntas, com reivindicações gerais para os trabalhadores.

Com todos esses novos elementos em jogo, e a vertiginosa expansão da Força Sindical, a CUT começa a perder espaço, tanto no que diz respeito ao número de sindicatos e correntes políticas que a compunham, quanto – e consequentemente – em termos de sua representatividade e legitimidade. Não havia saída: ou a coordenação da central comprava a briga, e mantinha sua postura combativa, ou partia para uma adaptação as novas condições que se colocavam. A opção, então, foi se enquadrar dentro dos novos padrões.

Antes de mais nada, é preciso considerar que a mudança da política sindical praticada pela CUT, ainda que tenha sofrido consideráveis impactos de fatores externos, se deu em grande parte pelos confrontos ideológicos internamente à central. Os conflitos entre as tendências que compunham a central – que nunca deixaram de existir – se acirraram a partir do IV CONCURT, realizado em setembro de 1991 em São Paulo. A vitória da corrente Articulação nas eleições do IV CONCURT representou a mudança na linha ideológica que conduziria a central. Os pontos da tese apresentada pela corrente durante o congresso deixam clara a defesa da necessidade de se consolidar o processo de transição da CUT, iniciado já desde o congresso anterior, ocorrido em 1988. Segundo a corrente, que era tendência majoritária, a superação da visão da CUT enquanto movimento permitiria reforçar seu papel de negociação e contratação coletiva, funções próprias às organizações sindicais. A participação em fóruns de negociação, que a corrente defendia ser o espaço no qual os sindicatos disputavam com empresários e governo, conduziria de forma mais eficaz as discussões que de fato eram de interesse da classe trabalhadora, como a reposição de perdas e a política salarial<sup>2</sup>.

No entanto, é a prática dos sindicatos que compõe a CUT que permite maior e melhor demonstração da postura adotada pela central a partir dos anos 1990. Primeiramente, é preciso enfatizar que grande parte desses sindicatos mantêm o recolhimento do imposto sindical, sendo baixo o percentual de sindicatos que realizam a devolução. Esse dado é importante na medida em que o imposto sindical é um dos principais elementos da velha estrutura sindical, principalmente ao permitir um vínculo de

---

<sup>2</sup> De acordo com Rodrigues (1997), com exceção da tese da Articulação, claramente mais moderada, as teses das demais tendências partiam da idéia de que a CUT não deveria se transformar em um instrumento de obtenção de melhorias para os trabalhadores dentro do regime capitalista, mas sim em um instrumento de luta revolucionária pelo socialismo, especialmente naquele momento, no qual conjuntura mundial era marcada pela crise econômica, e a economia brasileira sofria os impactos e reflexos desta. Por isso, eram bastante críticas ao entendimento nacional e ao pacto social, à organização sindical típica do sindicalismo de resultado, à manutenção da estrutura sindical e, por fim, ao gradual processo de burocratização dos sindicatos e das centrais.

controle por parte do governo federal. Ou seja, ainda que exista algum tipo de ação efetiva para que os sindicatos modifiquem seus estatutos – o que nem sempre é feito no sentido de democratizá-los – os elementos da estrutura sindical corporativa são mantidos, levando por terra um dos principais pontos críticos da CUT em seu nascimento. Ao mesmo tempo, há um crescimento do número de serviços prestados pelos sindicatos – como serviços odontológicos e médicos, mas principalmente jurídicos -, ainda que a porcentagem de sindicatos que os ofereçam seja pequena. Longe de querer apontar a prestação desses serviços como um problema – de fato, esses serviços são importantes para grande contingente de trabalhadores e sua famílias -, a questão se coloca no fato do assistencialismo ter sido alçado ao posto de função primordial dos sindicatos, enquanto a organização de movimentos e greves para reivindicar melhores salários ou condições de trabalho, por exemplo, terem sido colocadas em segundo plano – ou, no limite, serem descaradamente substituídas por participações em mesas de negociação. Por outro lado, não se pode deixar de considerar que esses serviços acabavam por substituir serviços que deveriam ser mantidos pelo Estado mas que, mediante a crise fiscal e a redução do papel estatal, foram suplantados em prol manutenção do superávit primário. Nesse sentido, não deixa de ser uma ação que favorece e reafirma algum tipo de negociação velada entre sindicatos e empresários.

No que diz respeito à relação entre capital-trabalho, a CUT passou a defender o contrato coletivo de trabalho, elemento primordial não apenas da desregulamentação das relações de trabalho, mas fundamental para a própria postura dos sindicatos, que passariam a centrar cada vez mais da defesa dos interesses de categorias específicas, em detrimento de uma ação mais voltada à defesa da classe trabalhadora em geral. A adoção ao contrato coletivo, por outro lado, era uma forma de definir a nova política da central, na medida em que substituíria a organização de greves em prol da melhoria salarial pela formulação de propostas contratuais, o que necessariamente revertia em uma gradual minimização de seu papel político, especialmente no que dizia respeito à formação e conscientização da classe trabalhadora. A proposta de contrato coletivo formulada pela CUT - que previa um primeiro nível de negociação centralizado entre central sindical, governo e patronato, do qual a negociação passaria a ser realizada a nível de Estados, regiões e categorias – representava, nesses termos, não apenas a intenção de transferir a regulamentação do

campo dos textos legais para os acordos trabalhistas, mas também a preocupação em deslocar a negociação para os níveis inferiores da organização sindical<sup>3</sup>.

No mesmo sentido, a CUT também apoiou a criação das câmaras setoriais, órgão de negociação tripartite que reunia representantes do governo, empresários e sindicatos. As câmaras representariam uma forma dos sindicatos garantirem a expressão dos interesses da classe trabalhadora nas decisões relativas ao universo industrial brasileiro, que passavam por questões que iam desde a definição de uma política industrial para o país, até a negociação de preços nas cadeias produtivas. As câmaras setoriais foram enquadradas enquanto mecanismo possível de luta contra o desemprego, já que os sindicatos participavam diretamente da negociação. O ponto é que elas acabavam por ser uma forma de enfraquecimento dos mesmos. Primeiro porque era um instrumento que substituíria as greves e manifestação – fato que, logicamente, explicava o fato dos empresários incentivarem sua implementação. Além disso, o momento era de grave crise econômica, o que resultava no fato dos interesses da classe trabalhadora serem os últimos a serem atendidos; afinal, para ter bons níveis de empregos e salário, era necessário primariamente que se tivesse bons níveis de crescimento, com o que as demandas dos empresários eram atendidas de forma prioritária. Apesar dos argumentos de que as câmaras setoriais promoveriam a democratização do processo de tomada de decisão sobre a política econômica e permitiriam ao movimento sindical contrapor-se à política recessiva que resultava em destruição de postos de trabalho, suas experiências reais não lograram grande sucesso. Tão logo, por isso, elas se converteram em órgãos que passaram a permitir uma espécie de guerra fiscal por parte dos sindicatos, tanto por categoria quanto por região, no qual eles se lançam na tentativa de negociar com o governo o intercâmbio entre recursos para seu setor, ou sua localidade, e a redução do número de greves e mobilizações. Ou seja, um total fracionamento do movimento sindical.

Pela discussão apresentada é possível afirmar, claramente, que a CUT passou por modificação em sua estratégia de política sindical ao longo de sua trajetória, especialmente

---

<sup>3</sup> De acordo com Boito Jr. (1999), a CUT acabou por rever sua proposta de acordo coletivo de trabalho, revisão esta que pode ser explicada tanto pelas pressões exercidas pelos grupos de esquerda dentro da central, quanto pela percepção, por parte dos próprios componentes da Articulação Sindical, de que essa forma de contrato poderia favorecer os interesses mais retrógrados dos patrões. A partir de então, passou a fazer uma incisiva crítica à proposta das associações de empresários, segundo a qual os direitos sociais e da legislação trabalhista deveriam ser eliminados para que os contratos coletivos pudessem prosperar no Brasil. A CUT reformulou sua proposta, chegando a uma solução intermediária, de acordo com a qual deveria haver um período de transição entre a proteção garantida pelos direitos sociais e contrato coletivo. Os direitos sociais deveriam ser mantidos durante a fase de transição, mas poderiam ser eliminados a longo prazo. Nesses termos, a CUT acabou por não fazer uma revisão a fundo em sua posição, apenas encontrando uma proposta que, em termos, não se mostrava tão radical em relação às suas antigas posições. Mas que, de toda forma, tenderia a beneficiar as reformas neoliberais.

a partir do final da década de 1980, a partir das modificações estatutárias já empreendidas em seu terceiro congresso. Mediante essas transformações, pode-se identificar quatro fases em sua trajetória. A primeira vai de sua constituição, em 1993, até 1988, onde a central esboçou uma postura crítica genérica à estrutura sindical, utilizando para constituir o que chamavam de uma “estrutura sindical cutista” sem, no entanto, tomar partido qual ao pluralismo sindical. A segunda vai de 1988 até 1994, quando a central defende alguns aspectos da estrutura oficial, passando a admitir o pluralismo sindical e a disputar as federações e confederações, ao mesmo tempo em que aprofunda sua proposta de contratação coletiva de trabalho. A terceira fase, que vai de 1994 a 1998, é marcada pela intensificação da crítica à estrutura sindical e pela proposta de criação do sindicato orgânico – unificação dos sindicatos de uma mesma categoria numa única organização, que não seria filiada a central, mas faria parte de sua estrutura interna. E, por fim, sua quarta fase, a partir de 1998, é caracterizada por um recuo nas propostas de mudança, na qual a central passou a redefinir sua estratégia em relação à estrutura sindical, principalmente em razão da ofensiva governamental em relação aos direitos trabalhistas. (GALVÃO, 2007: 107).

O que se vê, então, é que a central gradualmente caminha de uma posição combativa e conflitiva, para uma postura mais adepta à negociação com empresários e governo, partindo da lógica de que as novas condições econômicas, tanto a nível interno quanto a nível internacional, demandavam algum tipo de acordo entre as partes para que os rumos perdidos do desenvolvimento fossem reencontrados. Mesmo não tendo deixado de ter uma postura crítica em relação a determinados pontos – como o fez em relação a alguns critérios das políticas neoliberais -, a CUT se entregou ao sindicalismo propositivo que, como apresentado, cria condições propícias a um maior controle sobre a classe trabalhadora. Aliás, em alguns aspectos, a central sempre se mostrou muito mais crítica no discurso do que na prática. Cabe lembrar as posições contrárias à estrutura sindical, principalmente durante os anos 1980. No entanto, naquele momento, pouco se disse em relação à unicidade e ao imposto sindical. Ou seja, fazia-se a crítica à estrutura sindical, mas atuava-se dentro dela. E mesmo que a justificativa partisse da necessidade de modificar a estrutura de dentro para fora, as críticas, de fato, se circunscreveram mais no campo do discurso.

Nesses termos, o sindicalismo propositivo não só se manteve ao longo dos anos 1990 e 2000, como se intensificou. Passou a ser o tipo de sindicalismo padrão. Ou, de outra forma, pode-se dizer que a CUT criou um novo tipo de sindicalismo. Se a Força Sindical

era declaradamente adepta do sindicalismo de resultado, a CUT agregou às determinações deste aquilo que era sua essência, ou seja, a crítica à política econômica do governo. Menos intensa que antes, limitada apenas a alguns (e mínimos) pontos. Um tipo de sindicalismo que é crítico ao neoliberalismo, à política econômica do governo, à estrutura sindical. Mas, ao mesmo tempo, um sindicalismo que mantém a mesma estrutura, e que adota práticas que distanciam o sindicato da base e que favorecem o bloco da desregulamentação e da flexibilização. Um sindicalismo, por isso, basicamente contraditório.

Não há dúvidas, então, de que a CUT assumiu uma nova postura nas últimas duas décadas. O que cabe perguntar é porque, em um momento em que a superexploração do trabalho aumenta – ou, no limite, mantém seus elevados índices -, a CUT, até então reconhecida e legitimada como uma central combativa, muda sua postura, no sentido de adotar uma prática sindical exatamente oposta à que caracterizava sua essência enquanto entidade máxima de representação da classe trabalhadora.

#### **4. Considerações Finais**

Ao longo do artigo, apresentamos diversos elementos que, conjugados entre si, explicam a modificação da política sindical praticada pela CUT, principalmente a partir da década de 1990. Da nossa perspectiva, duas variantes explicativas permitem compreender melhor essas transformações.

A primeira diz respeito às novas condições econômicas, tanto no plano interno quanto internacional. A crise da década de 1980, e seu impacto sobre o Terceiro Mundo, especialmente no que diz respeito ao completo desgaste da capacidade de financiamento dos Estados, e a conseqüente explosão da dívida pública interna e dos índices de inflação, impuseram a necessidade de se pensar em alternativas. A crise do Estado desenvolvimentista e o fim do socialismo real abriram as portas para que o ideário liberal, colado à suposta vitória histórica do capitalismo, voltasse a mostrar suas garras, revestido de nova roupagem. Por outro lado, a crise da dívida colocava a necessidade dos países periféricos recorrerem aos organismos de financiamento internacional, especialmente o FMI e o Banco Mundial. Para que os dólares viessem, eram necessárias diversas reformas. A alternativa, então, estava dada. Ou melhor, imposta.

Consubstanciado no Consenso de Washington, o ideário neoliberal estava pronto para ser implementado. Apresentado como uma série de políticas que modernizariam o

país, e permitira o acesso aos novos mercados e recursos internacionais, não havia grandes dificuldades em convencer a classe trabalhadora das benesses desse conjunto de políticas. Assim, a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho era elemento fundamental para que novos índices de emprego e salário pudessem ser alcançados; era preciso desengessar as relações de trabalho para que as empresas pudessem se reestruturar. Pelo menos, no discurso.

A implementação das políticas neoliberais, em efetivo, levou à destruição de importantes setores da indústria, que não conseguiram suportar a concorrência internacional. Ampliou o endividamento do Estado, que se tornou menos incapaz de manter seus investimentos, ao mesmo tempo em que retirou do controle deste setores estratégicos da economia, com as privatizações. Com isso, milhares de postos de trabalho foram destruídos. Em substituição, outros tantos cargos precários foram criados: trabalho com jornada extensiva, baixos salários, elevada rotatividade, pouca ou nenhuma estabilidade. Para a extensa fila de desempregados, cargos informais e trabalho por conta própria. Os resultados, então, foram diametralmente opostos às promessas. Mediante esse quadro, e enquanto representantes dos interesses da classe trabalhadora, era inevitável que os sindicatos perdessem legitimidade. E perderam. Fato que comprova isso é a redução vertiginosa não só no número de greves, tanto gerais quanto locais, mas também nas vitórias que estas conseguiam.

A segunda variante se reporta às modificações ocorridas no universo sindical. É, por isso, conseqüência direta da primeira, ao mesmo tempo em que a reforça. A reestruturação produtiva é a política do capital na esfera da produção e, como tal, supõe, em alguma dimensão, que seja vista pelos trabalhadores como inevitável, positiva e, se possível, apazível (como sugerem as propostas de PLR). Antes de mais nada, é preciso considerar a emergência do sindicalismo de resultado e do sindicalismo propositivo, que tem sua expressão máxima na central Força Sindical. O sindicalismo de resultado e propositivo, por sua essência, afasta os sindicatos da base. Não há necessidade de se debater com os trabalhadores, de conscientizar, de formar politicamente. Ao mesmo tempo, fazem dos sindicatos verdadeiros órgãos de prestação de serviços assistenciais. Atualmente, é uma das formas mais eficientes de se trazer o trabalhador para os sindicatos – ou, dito de outra forma, de conseguir mais pagamentos do imposto sindical. Não há mais uma identificação política e de classe; os trabalhadores não procuram mais os sindicatos como instrumento de agrupamento e de organização de lutas conjuntas.

Esses eram os desafios que a CUT tinha que enfrentar quando do início dos anos 1990. Esses foram os fatores aos quais a central acabou por se entregar. A vitória da Articulação Sindical no VI CONCURT preparou o terreno para que as mudanças começassem a ser operadas. Embora tenha se mantido crítica as políticas neoliberais, a CUT gradualmente caminhou sentido ao sindicalismo propositivo. Não apresentou nenhuma alternativa ao novo padrão sindical que se colocava. Não era neoliberal, mas empreendeu um tipo de sindicalismo que, claramente, favorecia a implementação dessas políticas. Deixou de ser combativa, e passou a ser propositiva. Deixou de empreender lutas, e passou a ser contraditória. Perdeu o rumo de seu caminho: se nasceu para combater superexploração do trabalho, através da luta pela redução da jornada e pela elevação dos salários, hoje praticamente se mostra passiva frente às políticas que atingem de forma perversa a classe trabalhadora.

### **Referências Bibliográficas**

ALVES, G. (2005). *O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial. Coleção mundo do trabalho.

ANTUNES, R.. (1995). *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição. Campinas - SP: Editora Pontes.

\_\_\_\_\_. (1992). *A Rebelião do Trabalho – O confronto operário no ABC paulista: As greves de 1978/80*. São Paulo: Editora Unicamp / Ensaio.

\_\_\_\_\_. (1999). *Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª Edição.

PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (orgs.) (2002). *Trabalho, mercado e sociedade – O Brasil nos anos 90*. Campinas – SP: Editora Unesp. (pgs. 107 – 152).

BOITO JR., A. (1999). *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Xamã.

\_\_\_\_\_. (1991). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 11 – 42).

CARDOSO, A. M. (2003 - a). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial. 1ª Edição.

GALVÃO, A. (2007). *Neoliberalismo e Reforma Trabalhista no Brasil*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP.

GIANNOTTI, V. (2002). *Força Sindical: A central neoliberal – De Medeiros a Paulinho*. Rio de Janeiro: MAUAD Editora Ltda.

GRACIOLLI, E. J. (2009). *Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988*. Uberlândia, Minas Gerais: Edufu. 2ª Edição (revista e ampliada).

MARINI, R. M. (2000). *Dialética da dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes.

NORONHA, E. (1991). A explosão das greves na década de 80. In: BOITO JR., A. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. (pgs. 93 – 135).

RAMALHO, J. R. e SANTANA, M. A. (orgs.) (2003). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial.

RODRIGUES, I. J. (1997). *Sindicalismo e Política – A Trajetória da CUT*. 1º Edição. São Paulo: Scritta.